

9 — Composição do júri — a composição do júri do concurso é a seguinte:

Presidente — engenheiro João Eduardo Pinto Ferreira, director-geral.  
Vogais efectivos:

Dr. Mário Simões, assessor principal, que substituirá o presidente nas suas ausências e impedimentos.  
Dr. Gilberto José Nogueira Arantes, assessor principal.

Vogais suplentes:

Dr. Armando Lourenço Rodrigues, assessor principal.  
Dr.ª Maria Isolina da Corte Moutinho, assessora principal.

5-2-93. — O Director-Geral, *J. Pinto Ferreira*.

### CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Por despacho do vice-presidente deste Conselho de 1-2-93;

Qualdino José Pereira, secretário judicial do 3.º Juízo Criminal de Lisboa, e Manuel Carlos Pereira Pedro, escrivão de direito do Tribunal Judicial da Comarca de Sintra — nomeados, nos termos do disposto nos arts. 160.º e 162.º, n.º 5, ambos da Lei 21/85, de 30-7, na Port. 265/87, de 3-4, e no art. 9.º do Regulamento das Inspeções Judiciais, publicado no DR, 2.ª, de 3-7-86, com a redacção que lhe foi dada pela deliberação deste Conselho de 12-1-93, publicada no DR, 2.ª, de 1-2-93, e por urgente conveniência de serviço, em comissão de serviço, para exercerem funções neste Conselho como secretários das Inspeções Judiciais.

3-2-93. — O Juiz-Secretário, *Pedro Maria Cardoso Gonsalves Mourão*.

### CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

#### Recomendação n.º 2/92 do Conselho Nacional de Educação

##### Preâmbulo

No uso da competência que lhe é conferida pela Lei 31/87, de 9-7, nos termos regimentais, após apreciação do projecto elaborado pelo conselheiro relator Guilherme d'Oliveira Martins, o Conselho Nacional de Educação, na sua reunião plenária de 16-12-92, deliberou aprovar o referido projecto, emitindo, assim, a seguinte

##### Recomendação

##### I — Ser europeu no início do século XXI

1 — Quem somos? Para onde vamos? Falar de dimensão europeia da educação no tempo em que vivemos não pode reduzir-se às preocupações ligadas ao curto prazo e ao mero funcionamento dos mecanismos já existentes de cooperação intergovernamental na Europa. Quer o Conselho da Europa, quer a Comunidade Europeia, têm-se preocupado com questões ligadas à educação — e o Tratado da União Europeia, em processo de ratificação pelos Estados membros da Comunidade Europeia, prevê o lançamento de acções comuns nesse domínio.

2 — Há, no entanto, um longo caminho a percorrer, já que a dimensão europeia da educação, para poder tornar-se marcante, obriga a que saibamos de que Europa estamos a falar e que objectivos pretendemos alcançar. Não é da pequena Europa, dos 12 países comunitários, que tratamos, porque essa visão seria redutora e limitativa. É de uma Europa continental, irradiante de influências e receptora de múltiplos contributos civilizacionais e culturais que temos de falar. Trata-se de encarar o cidadão europeu não como participante de uma identidade europeia uniforme, mas como sujeito de uma história heterogénea, ponto de encontro de influências diferentes — que corresponde à existência de uma «comunidade plural de destinos e valores». E o certo é que essa realidade complexa, diversificada e baseada na diferença e na pluralidade, não pode deixar de ter consequências na organização dos sistemas educativos e na vivência quotidiana das escolas.

3 — Antes do mais, não podemos esquecer que a Europa é hoje um espaço de livre circulação de pessoas e de ideias. É-o na Comunidade Europeia, é-o no espaço económico europeu, é-o no Conselho da Europa — sobretudo depois das revoluções de 1989. Assim, ser europeu no início do século XXI é participar num amplo espaço de multiculturalidade, no qual a mobilidade, o intercâmbio, o diálogo entre povos, culturas e pessoas constituirão factores poderosos de inovação e criatividade. As sociedades europeias serão, assim, le-

vadas a corresponder a numerosos e intensos estímulos de mudança, o que obrigará as escolas e os agentes educativos a uma maior exigência na preparação dos seus alunos. A qualidade terá, assim, de se aliar ao rigor dos métodos de trabalho; o sentido crítico terá de se completar com o espírito prático; cultura e ciência serão complementares; liberdade e responsabilidade, eficiência e equidade, direitos e deveres de cidadania, progresso e ambiente, autonomia e solidariedade tenderão a ligar-se cada vez mais.

##### II — A Europa como ideia

4 — Karl Jaspers, para responder à pergunta «o que é a Europa?», escolheu três palavras: liberdade, história e ciência.

*Liberdade*, como vitória sobre o arbitrário — «a liberdade mantém o Europeu na intranquilidade e na inquietação, porque quer a liberdade e, ao mesmo tempo, sabe que a não tem. Se firmemente crê que a possui, já a perdeu».

*História*, como encontro e diálogo — «foi só no Ocidente que a exigência de liberdade conduziu à história enquanto procura de liberdade política».

*Ciência*, como apelo à verdade — «a liberdade exige a ciência, não só a ciência como passatempo dos nossos ócios, não só como técnica subordinada a fins práticos, não só como jogo de pensamento lógico, mas como vontade absoluta, universal, de conhecer o conhecido».

Hoje voltamos a ser chamados a compreender a importância desta trilogia. E a construção europeia, no sentido mais amplo e aberto, tem tudo a ver com essa necessidade.

5 — Não basta, assim, dizer que somos europeístas ou europeus. É chegado o tempo de agir. A Europa como ideia corresponde à resistência à uniformidade, ao centralismo burocrático e à criação de uma Europa tendencialmente unipolar. Há, pois, que criar condições concretas para a multipolaridade e para o equilíbrio de influências. Daí a necessidade de se afastar uma lógica utilitária e economicista, do mesmo modo que importa não cair na tentação de contrapor aos riscos de dominação ou de centralismo o isolamento e as posições meramente defensivas.

6 — A Europa, para se encontrar, necessita de factores de mobilização — é isso que falta neste momento. Não basta falar de cidadania europeia, de acções e políticas comuns, de segurança ou de equilíbrio — é fundamental dar conteúdo prático aos anseios e à urgência de consolidar um espaço de liberdade e de paz.

7 — Há que criar uma escola europeia? Não! Há que favorecer as condições de mobilidade, há que criar equivalências entre cursos nos diferentes países e tornar o intercâmbio entre estabelecimentos de ensino um factor de enriquecimento múltiplo. Um jovem europeu deve ser beneficiado e não prejudicado por frequentar escolas em diferentes países europeus. No fundo, a ideia de Europa obriga a que a livre circulação se não reduza aos bens materiais, mas que se estenda aos saberes e às ideias.

##### III — Multilinguismo e multiculturalidade

8 — Não basta falar de diversidade, de pluralismo e de salvaguarda das identidades culturais numa Europa milenar, com uma história plena de acontecimentos, de influências e de separações, de encontros e de desencontros, de ferro e de fogo — é necessário compreender que essas diferenças se projectam na existência de várias línguas, que são nítidas manifestações da heterogeneidade cultural. Isto significa que há barreiras à comunicação entre pessoas e povos, mas representa também a necessidade de fazer do diálogo cultural um esforço de aproximação e de compreensão mútua. Para se compreender melhor uma cultura é necessário conhecer a sua língua — e nela alguns dos pequenos segredos que revelam o carácter de um povo e a sua especificidade.

9 — No entanto, num tempo de internacionalização crescente da vida económica e de aperfeiçoamento dos meios de comunicação, sente-se a necessidade de encontrar formas simplificadas de dialogar — daí a afirmação do inglês *passaportout* como língua franca. Todavia, uma língua franca tende a ser redutora, não constituindo a sua utilização, só por si, um factor de enriquecimento cultural, mas sim um recurso expedito para facilitar o relacionamento numa sociedade cada vez mais cosmopolita e internacionalizada. Naturalmente que a língua inglesa beneficia deste estatuto de língua franca, atraindo, inevitavelmente, atenções e permitindo uma influência cultural que tem de se ligar à influência económica e geo-estratégica (sobretudo dos Estados Unidos). A Europa e os Europeus têm, porém, uma das suas maiores riquezas na diversidade linguística, nas várias pátrias que são as línguas — e hoje, num tempo em que os Estados-nações estão em profunda transformação, do mesmo modo que a noção otocentista de soberania, essas realidades tornam-se cada vez mais reveladoras do pluralismo de identidades.

10 — O multilinguismo constitui, assim, uma importante defesa da Europa, quer como manifestação do pluralismo cultural quer como

condição de enriquecimento mútuo dos cidadãos europeus. A diversidade linguística deve ser, assim, protegida e salvaguardada de forma inteligente e eficaz — não na perspectiva estreita de criação de serviços insustentáveis de tradução simultânea nas instituições europeias, mas sim através do apoio ao intercâmbio linguístico e ao ensino das línguas.

11 — Um europeu culto da Idade Média conhecia e usava pelo menos quatro línguas — facto que estava ligado à mobilidade universitária e à necessidade de compreender as diversas realidades sócio-culturais em que se movia. Hoje volta a sentir-se profundamente a necessidade de favorecer e incentivar nos sistemas educativos europeus o estudo das línguas estrangeiras. Além da língua nacional, torna-se necessário ter conhecimentos que permitam a utilização de pelo menos mais duas línguas. Invoca-se muitas vezes o insucesso escolar no tocante às línguas estrangeiras; todavia, o problema tem mais a ver com a formação dos professores e com as condições de ensino nesse domínio do que com qualquer incapacidade dos alunos. E note-se que o estudo das línguas permite não só um melhor domínio da língua-mãe (através de exercícios de tradução e retroversão), mas também um melhor conhecimento das realidades culturais, históricas ou geográficas ligadas às áreas onde se fala a língua que se estuda.

12 — Multilinguismo e multiculturalidades estão, assim, intimamente ligados. Trata-se de compreender que uma cultura só tem a ganhar relacionando-se com as outras culturas, abrindo-se-lhes e dispondo-se a dar e a receber. E o certo é que, no caso do português, é de uma comunidade linguística de quase 200 milhões de falantes com culturas muito diferentes que estamos a falar...

#### IV — O passado e o presente — a história europeia

13 — O continente europeu está pleno de história — uma história de criação e de violência de equilíbrios e de intermináveis conflitos, de intercâmbios e de dominações, de interesses e de valores. Não há uma matriz única de que nos possamos reivindicar — há várias raízes. As tradições greco-latina e judaico-cristã juntam-se aos contributos múltiplos dos vários povos e culturas que constituímos e com que nos relacionámos ao longo dos últimos milénios. O espírito do Renascimento e das Luzes radica-se nessa diversidade de tradições, de projectos e de influências — a tolerância, a crítica, a abertura, a universalidade, a razão e o sentimento são fruto de uma civilização construída a partir da necessidade de compreender permanentemente o outro e o diferente. Neste sentido, a história europeia não é apenas a história de um continente, mas sim de uma encruzilhada, de um ponto de encontro e de um ponto de partida.

14 — Como relativo a um ponto de encontro e ponto de partida, há que encarar o ensino da história centrado em três vectores fundamentais: a) os povos e as nações; b) a Europa; e c) o Mundo. A história europeia não pode esquecer a luta dos povos pela sua autonomia e pelos seus interesses e valores próprios, mas tem de relacioná-la com as aspirações comuns dos diferentes povos e culturas e compreender a complementaridade da reivindicação dos legítimos direitos à autodeterminação e ao autogoverno. E, a partir dessa complementaridade, há que tentar perceber, no seu conjunto, quais os grandes sentidos e orientações da história europeia — numa perspectiva sincrónica e diacrónica. Há que saber relacionar no tempo acontecimentos, épocas, movimentos, personalidades. Há que compreender, pela cronologia e pelo relacionamento das grandes tendências culturais, que os principais actores da história europeia pensaram os problemas da sua época não nas fronteiras estreitas das nacionalidades, mas no desenvolvimento dos equilíbrios regionais e continentais. Basta lembrarmo-nos do nosso infante D. Pedro, de D. João II ou das implicações europeias de 1640.

#### V — Diálogo das civilizações versus eurocentrismo

15 — Fernand Braudel fala-nos de «história múltipla e una». Para um europeu essa verificação pode ser facilmente apreendida. Com efeito, convivemos a cada passo com as diferenças profundas e com a necessidade de universalismo e de unificação. Não é possível, portanto, compreender a tensão entre os nossos passado e presente apenas a partir de uma visão eurocêntrica do mundo e muito menos a partir de uma lógica estritamente nacional dos acontecimentos históricos. Há que encarar o diálogo entre civilizações, que assumir a ligação entre Europa e universalismo — não como imposição ou como signo de superioridade civilizacional, mas como inserção da nossa história comum num contexto mais vasto de interinfluências e de complementaridades, numa dialéctica enriquecedora entre o uno e o múltiplo. Não erigimos muralhas que nos protegessem nem fechámos os nossos segredos para que ninguém mais deles beneficiasse. Mas tivemos a tentação de impor a nossa visão do mundo...

16 — Oicamos ainda Fernand Braudel sobre este tema:

A multiplicidade evidente das explicações da história, a sua dilaceração entre diferentes pontos de vista, as suas próprias con-

tradições, conjugam-se, efectivamente, numa dialéctica própria da história, baseada na diversidade dos próprios tempos históricos: tempo rápido dos acontecimentos, tempo alongado dos episódios, tempo retardado, preguiçoso das civilizações. Podemos ficar dentro dos limites deste ou daquele tempo histórico sempre que se trata de determinado estudo. Pelo contrário, qualquer tentativa de explocação histórica global — como é a história das civilizações — obriga a multiplicar essas fotografias diferenciadas pelo seu tempo de exposição e depois a reconduzir à unidade esses múltiplos tempos imagens, tal como as cores do espectro solar, devidamente associadas, nos restituem obrigatoriamente a luz branca. [*Gramática das Civilizações*, trad. port., Lisboa, 1989, p. 12.]

17 — Não é fácil, porém, levar à prática no plano educativo estas preocupações. Há profundas resistências que advêm de uma tradição particularista e eurocêntrica e que têm de ser contrariadas através de uma visão que permita a articulação permanente entre o particular, o múltiplo e o que une a humanidade. Com efeito, somos sempre cidadãos da comunidade onde nascemos, da região a que pertencemos, da nação, do povo onde nos integramos, mas também, no nosso caso, da Europa e do Mundo. E a história tem de nos levar a compreender essa pertença múltipla. Há, por isso, que contrapor o «exclusivismo da pertença» a uma noção aberta e plural das ligações que nos situam no tempo e no espaço.

18 — As civilizações são espaços, sociedades, economias e mentalidades, participando das aspirações múltiplas da humanidade. A compreensão do homem exige, porém, que partamos da nossa própria civilização, da nossa própria continuidade, para as outras. E o certo é que o encontro de civilizações e de culturas se faz não só da dialéctica do contacto, mas também do esforço do conhecimento mútuo, do estudo e do despertar de atenções. Como perceber a história europeia esquecendo o Islão e o mundo muçulmano? E o continente negro? Como ignorar a ligação euro-africana? E o Oriente, da China e da Índia ao Japão e à Indochina? E as Américas, pré e pós-colombianas? Mas também, no que toca à Europa, há várias realidades a considerar: o Mediterrâneo, a Mitteleuropa, o Atlântico, a «outra Europa» (de 1848 e de 1989) ou até a ideia do «velho continente» como pequeno cabo da Ásia...

#### VI — A ciência como cultura, o encontro dos saberes

19 — Mas, se a história permite compreender o que somos, de onde vivimos e tentar perguntar para onde vamos, a verdade é que há que aguçar a curiosidade e que aperfeiçoar o método para conhecer, pela ciência, mais e melhor a realidade que nos cerca e os nossos próprios limites. Sem a tentação optimista dos positivistas, importa desenvolver a criatividade e a inovação através do espírito científico e da tarefa sempre inacabada de detectar os problemas perante os quais nos encontramos e de procurar respostas para eles — articulando permanentemente razão e mundo da vida.

20 — Muitas vezes critica-se o excesso de especialização do nosso tempo, a falta de diálogo entre saberes e de uma «cultura geral» unificadora. Importa abordar esse tema com especiais cuidados, sobretudo quando se trata de encarar a realidade educacional. A especialização é uma conquista da ciência contemporânea, que não pode ser confundida com uma visão isolada e unilateral dos problemas. A interdisciplinaridade exige-se, porém, para que haja conhecimento de relacionamento entre problemas e saberes. A ciência é cada vez menos feita em compartimentos estanques, constituindo cada vez mais um apelo à aventura da investigação criadora — a que os jovens devem ser chamados logo na escola — através da experimentação e da utilização do necessário rigor metodológico.

21 — A Europa tem sido ao longo dos séculos um pólo de inovação científica e técnica, diálogo de saberes e de abertura aos nossos conhecimentos. Há que aprofundar essas qualidades, que não podem deixar de ser assumidas pela escola contemporânea. O desenvolvimento do espírito científico e o encontro entre saberes são indispensáveis — o que obriga, porém, à abolição do corte actualmente ainda existente entre cultura literária e cultura científica. Como afirma Jean-Marie Domenach, «o desenvolvimento da tecnologia deveria ser neste ponto um instrumento privilegiado e servir de base a um ensino sintético, abrangendo a história das civilizações e das ciências e conduzindo a uma reflexão filosófica. O essencial é formar um espírito científico capaz de ligar o abstracto e o concreto, a teoria e a observação» (*Ce qu'il faut enseigner*, Paris, 1989, p. 179). E esta preocupação leva-nos à necessidade de pôr em diálogo ciências do homem e ciências da Natureza, para que ganhem mutuamente e se enriqueçam. Urge, porém, não cair no erro de confundir os alunos do ensino básico e secundário com universitários ou investigadores em ponto pequeno, privilegiando não a perspectiva pedagógica e o incentivo à descoberta e à investigação, mas sim uma desajustada pretensão supostamente científica.

22 — O jovem estudante deve, a um tempo, ser orientado para a compreensão global dos problemas, com sentido prático, partindo da realidade e dos problemas com que se defronta ou pode detectar. Trata-se de apreender o universo ou o cosmos como algo que é mais do que a soma dos elementos que o compõem, sem esquecer que não podemos deixar de considerar esses elementos tais como são e como se nos apresentam. Há que saber partir da realidade que nos cerca e dos problemas que a cada um se põem. Favorecer um espírito prático, o método, a eficácia, o rigor, o gradualismo, o reconhecimento da importância da tentativa do erro, o não dogmatismo, constituem peças fundamentais a ter em conta numa reflexão, aberta e actual, sobre a relação entre ciência e educação.

#### VII — Ética e valores — Entre a felicidade e a justiça

23 — Não se trata de criar uma «escola para a vida», mas de fazer entrar a vida na escola. Daí a preocupação com o pragmatismo, com a ligação à realidade e aos problemas que nos cercam. Neste sentido, é com uma «escola de cidadãos» que temos de nos preocupar. Cidadãos na medida das suas capacidades, mas, desde logo, responsáveis, sujeitos de direitos e de deveres. A aprendizagem da cidadania não se faz com discursos de edificação, mas com actos concretos, com exemplo, com vida vivida. Neste sentido, a importância dos valores éticos enraizados merece especial relevo. Naturalmente que, no mundo contemporâneo, temos de partir de dificuldades, o que é incontestável, em formular consensos morais — há uma lógica contratualista que coexiste com a afirmação de tradições e de «ideias de obra» que permanecem nos meios sociais através das instituições. O pluralismo é, todavia, incompatível com a imposição de discursos morais fechados — o que não significa relativismo ético, mas sim procura incessante de verdade e de justiça. Como afirma Karl Popper, «o relativismo é uma posição segundo a qual se pode afirmar tudo, ou quase tudo, e, por conseguinte, nada. Tudo é verdadeiro, ou nada é. A verdade é, pois, destituída de sentido. Pluralismo crítico representa uma posição de acordo com a qual, no interesse da procura da verdade, cada teoria [...] deve ser posta em plano de concorrência com as demais [...] Aquela teoria que na discussão crítica parece aproximar-se mais da verdade é a melhor: e a melhor teoria prevalece sobre as teorias menos boas» (*Em Busca de Um Mundo Melhor*, trad. port., Lisboa, s. d., p. 174). Ora, esta procura de verdade (e de justiça) não pode deixar de estar presente na escola. É uma exigência intelectual, ética e pedagógica. Assim, os valores éticos ligados à cidadania, à liberdade e à dignidade das pessoas desenvolvem-se e aprofundam-se através do assumir das responsabilidades e do rigor intelectual, através de ideias claras e distintas e da força criadora da tolerância e da abertura — pedras angulares do espírito europeu.

24 — «Não há dúvida de que a categoria ética da modernidade é a liberdade», afirma Victoria Camps. «A única virtude generalizável no nosso tempo é a tolerância. Mas não podemos esquecer que, para tornar possível o jogo das liberdades, estas devem dar-se num plano de igualdade. E o certo é que a igualdade é esquecida na ética contemporânea.» (*Ética, Retórica, Política*, Madrid, 1990, p. 129.) O enraizamento dos valores éticos da cidadania obriga, assim, a que «a igualdade em dignidade e direitos» se constitua com base na vivência da liberdade individual, da criação pessoal e do diálogo intersubjectivo — não como igualdade uniformizadora, mas como factor de aproximação, de equidade e de igual consideração entre todos, sem esquecer as diferenças, as complementaridades e as qualidades. Justiça e felicidade encontram-se então longe das concepções monistas sobre a sociedade e a vida ou das visões transpersonalistas, trata-se de pôr as pessoas concretas no centro dos acontecimentos. A igualdade não pode ser pura ficção, como pretendem alguns idealistas, nem um factor conflitual ou violador relativamente às liberdades individuais, numa lógica materialista. Há, sim, que proceder, por fidelidade à ideia de Europa, à compatibilização prática entre liberdade e igualdade, o que obriga a recorrer às noções reguladoras de autonomia, de diferença e de respeito mútuo, bem como à harmonização entre felicidade e justiça. A sociedade humana é conflitual e temos de partir dessa realidade, tal como existe.

A ideia de cidadania europeia baseia-se nessa preocupação de regular a heterogeneidade, de potenciar a tolerância, num contexto de liberdade e de procura de verdade. E a escola não pode ficar alheia a essa vivência.

#### VIII — Identidades e diversidade numa Europa das culturas

25 — Somos nós mesmos e somos o que nos distingue dos outros. Mas as identidades culturais, numa Europa aberta, necessitam de ser compreendidas não como «pertencas exclusivistas», mas como «pertencas múltiplas». Ortega y Gasset considerava-se espanhol e europeu — numa dupla pertença mutuamente enriquecedora. A pertença nacional (regional ou local) não deve tornar-se, assim, factor prejudicial de uma pertença europeia — do mesmo modo que esta não deve, artificial e homogeneizadamente, invadir os territórios diferenciadores da multiplicidade identitária.

26 — Em Portugal não temos, felizmente, um problema de identidade nacional. A história legou-nos um Estado que coincide com a Nação e o centralismo multisecular encarregou-se de fortalecer uma homogeneidade cultural, linguística, administrativa e política que leva a sermos suficientemente nós mesmos para que alguém possa pôr isso em causa. Denis Rougemont afirmou por isso que, se havia na Europa um Estado-nação perfeito, esse era Portugal.

27 — Se é verdade que a homogeneidade no caso português constituiu um factor de clarificação de identidade, não é menos certo que estamos perante uma excepção. Importa, porém, aproveitar essa situação singular, já que ela nos permite valorizar o que é próprio através da abertura ao diferente. Assim, sempre que se abriu ao exterior, a cultura portuguesa enriqueceu-se e superou-se, ao contrário do que ocorreu nos tempos de protecccionismo e de encerramento sobre si ou de hipervalorização nacional. Importa, porém, evitar a tentação, tão comum em diversos momentos da nossa história cultural, de traduzir mal para português o que se faz no estrangeiro — esquecendo as nossas especificidades, os nossos problemas e uma visão própria dos acontecimentos e das coisas. Abertura é coisa diferente de imitação ou de repetição crítica. A identidade cultural enriquece em diálogo, mas sem a ilusão de que é desejável inventar coisa diferente e própria quando não há qualquer vantagem nisso. É um equilíbrio entre a criação própria e a compreensão dos problemas práticos com que nos debatemos, de um lado, e a participação nos progressos científicos e nos movimentos culturais na Europa e no Mundo, de outro, que tem de ser conseguido. As diversas identidades ganharão com esse modo de encarar e assumir a necessária abertura.

#### IX — Mobilidade, livre circulação e comunicação

26 — No contexto europeu, não tenhamos ilusões — a um país com nível intermédio de desenvolvimento, como Portugal, ainda distante dos seus parceiros mais ricos, vai ser exigido um esforço acrescido no investimento em recursos humanos, na educação e na formação. A qualidade é dispendiosa e a mobilização dos agentes educativos é condição *sine qua non* para que haja resultados palpáveis.

Algumas vozes vão-se levantando a dizer que o investimento na educação vai gerar a médio prazo uma hemorragia de diplomados para o estrangeiro, pelo que poderemos estar a desperdiçar recursos mais rentáveis noutras utilizações e fins. Puro engano! A mobilidade é uma realidade inevitável. Se não nos prepararmos para ela — investindo, adaptando-nos formando melhor os Portugueses, reformando mentalidades, compreendendo melhor a realidade que nos cerca, estudando, organizando-nos, trabalhando mais, sendo mais metódicos —, teremos tudo a perder, pois seremos relegados para a periferia social e cultural europeia.

Complementarmente à mobilidade, importa ainda inserir Portugal em redes de informação e de bases de dados nos domínios da educação, ciência e cultura como forma de garantir uma participação interactiva de que possa beneficiar coordenadamente o maior número de agentes educativos.

29 — Em vez de ter a tentação de ensinar a Europa ou de forçar a passagem de mensagens europeias, torna-se prioritário ensinar com espírito europeu e de modo europeu — isto é, pôr em prática o método do diálogo, do intercâmbio e do melhor conhecimento mútuo.

A solução não está em adicionar contributos europeus ou em tentar criar instituições educativas europeias. O que importa é fazer circular estudantes, investigadores e professores — sobretudo na preparação de doutoramentos. Como disse Jean-Marie Domenach, «a Europa intelectual será nómada ou não existirá» (*Europe: le défi culturel*, Paris, 1990, p. 120).

30 — A cultura europeia não se cria — a escola europeia também não. A força da Europa está nas diferenças e nas complementaridades criadoras. Há necessidade, evidentemente, de acções comuns, de políticas comuns — mas a dimensão europeia da educação tem mais a ver com a liberdade de espírito e com a sede de diálogo do que com qualquer tentação uniformizadora.

#### X — Cidadania europeia e educação

31 — «Regressemos aos clássicos!», proclamava alguém cansado da trivialidade contemporânea. O grito de alma não pode, porém, constituir uma panaceia. Há, sim, que evitar o estranho divórcio entre a Europa e os seus fundamentos, entre a cidadania europeia e as suas bases ancestrais. Mas não se trata de regressar, pura e simplesmente, a Eneias e Laoconte, a Homero ou a Virgílio. Trata-se de compreender que ser cidadão e pessoa exige que sejamos capazes de nos interrogar sobre de onde vimos e para onde vamos e de assumir a força da nossa liberdade e autonomia. E há atrás de nós uma velha cultura baseada nessa força criadora da liberdade e da responsabilidade. Não se trata, pois, de regressar aos clássicos, mas de compreendermos-nos melhor — e de sabermos ligar razão e sentimento, ética e estética, cultura e ciência, poesia e técnica.

32 — Oigamos Vaclav Havel: «Penso que o mundo de hoje se encontra num estado de crise geral. E creio que a solução está na consciência humana — mais numa alteração do comportamento das pessoas e da sua forma de ver o mundo do que em mudanças nos sistemas ou em milagres técnicos.» Não estará aqui o espírito europeu?

Concluamos:

1 — Não é da pequena Europa, dos 12 países comunitários, que tratamos, mas sim de uma Europa continental, irradiante de influências e receptora de múltiplos contributos civilizacionais e culturais.

2 — Ser europeu no início do século XXI é participar num amplo espaço de multiculturalidade, no qual a mobilidade, o intercâmbio e o diálogo entre povos e culturas constituirão factores ponderosos de inovação e criatividade.

3 — A Europa, segundo Karl Jaspers, é *liberdade*, como vitória sobre o arbitrário, *história*, como encontro e diálogo, e *ciência*, como apelo exigente à verdade.

4 — A Europa como ideia corresponde à resistência à uniformidade, ao centralismo burocrático e à criação de uma realidade tendencialmente unipolar. Há, pois, que criar condições concretas para a multipolaridade e para o equilíbrio de influências.

5 — A solução não está em criar uma escola europeia, mas em favorecer as condições de mobilidade, em criar equivalências entre cursos nos diferentes países e tornar o intercâmbio entre estabelecimentos de ensino um factor de enriquecimento mútuo.

6 — O multilinguismo constitui uma importante defesa da Europa, quer como manifestação de pluralismo cultural quer como condição de mútuo enriquecimento dos cidadãos europeus.

7 — Uma cultura só tem a ganhar relacionando-se com as outras culturas, abrindo-se e dispondo-se a dar e a receber.

8 — A história europeia não pode esquecer a luta dos povos pela sua autonomia e pelos seus interesses e valores próprios, mas tem de relacioná-la com as aspirações comuns dos diferentes povos e culturas e compreender a complementaridade da reivindicação dos legítimos direitos à autodeterminação e ao autogoverno.

9 — Há que encarar o diálogo entre civilizações, que assumir a ligação entre Europa e universalismo — não como imposição ou signo de superioridade civilizacional, mas como inserção da nossa história comum num contexto mais vasto de interinfluências e de complementaridades, numa dialéctica enriquecedora entre o uno e o múltiplo.

10 — A compreensão do homem exige que partamos da nossa própria civilização, da nossa própria continuidade, para as outras. O encontro de civilizações e culturas faz-se não só da dialéctica do contacto, mas também do esforço do conhecimento mútuo, do estudo e do despertar de atenções.

11 — O jovem estudante deve ser orientado, com espírito científico, para a compreensão global dos problemas, com sentido prático, partindo da realidade dos problemas com que se defronta que que pode detectar.

12 — Os valores éticos legados à cidadania, à liberdade e à dignidade das pessoas desenvolvem-se e aprofundam-se através do assumir de responsabilidades e do rigor intelectual, através de ideias claras e distintas e da força criadora da tolerância e da abertura — pedras angulares do espírito europeu.

13 — Há que proceder, por fidelidade à ideia de Europa, à compatibilização prática entre liberdade e igualdade, o que obriga a recorrer às noções reguladoras de autonomia, de diferença e de respeito mútuo, bem como à harmonização entre felicidade e justiça.

14 — A pertença nacional (regional ou local) não deve tornar-se factor prejudicial de uma pertença europeia — do mesmo modo que esta não deve, artificial e homogeneizadamente, invadir os territórios diferenciadores da multiplicidade identitária.

15 — Há que conseguir um equilíbrio entre a criação própria das identidades nacionais e a compreensão dos seus problemas práticos, de um lado, e a participação nos progressos científicos e nos movimentos culturais da Europa e do Mundo, de outro.

16 — A solução não está em adicionar contributos europeus, o que importa é fazer circular estudantes, investigadores e professores. «A Europa intelectual será nómada ou não existirá.»

17 — A cultura europeia não se cria — a escola europeia também não. A força da Europa está, pois, nas suas diferenças e complementaridades.

Conselho Nacional de Educação, 16 de Dezembro de 1992. — O Presidente, *Eduardo Carrega Marçal Grilo*.

#### Declaração de voto

Voto favoravelmente a recomendação e louvo a qualidade do trabalho elaborado pelo Sr. Conselheiro Redator Guilherme d'Oliveira Martins.

Acho, todavia, oportuno referir algumas questões fundamentais que creio insuficientemente caracterizadas.

São reconhecidas as necessidades de multilinguismo e de mobilidade no seio da Europa. Porém, não basta defender tais objectivos, aliás ameaçados, e conseguir concretizá-los. É preciso ir mais além, defender a efectiva equidade cultural e contrariar o domínio desta ou daquela cultura, veiculada por alguma língua mais difundida e promovida por algum maior poder económico. A realidade é hoje o domínio de certos valores culturais, apoiado em línguas dominantes, o qual contraria o livre desenvolvimento e a efectiva difusão de outras culturas. Seria necessário inverter «de facto» o sentido da predominância e uniformização cultural em que actualmente vivemos e contra o qual não se prevêem instrumentos concretos. Seria simplista esquecer o enquadramento político e económico em que a mobilidade e o multilinguismo se encontram condicionados.

A dimensão europeia da educação é justamente entendida no espaço do diálogo de culturas universais e não como identidade eurocentrada. Mas, também aqui, não basta reconhecer princípios universais, esclarecidos e mesmo generosos. É preciso que a procura da identidade europeia não seja obstáculo à efectiva comunicação, acção e assimilação cultural. Com efeito, o sentido historicamente positivo da identidade europeia reside na contribuição que ela deu ao diálogo e à assimilação de culturas diversas (sem esquecer os muitos erros também cometidos). Por isso, expresso as minhas profundas preocupações perante as reais dificuldades que hoje enfrentamos no diálogo com outros povos e culturas não europeias, bem como perante a ausência de políticas assumidas que vençam tais obstáculos, de que resultam retrocessos no nosso relacionamento com outros povos e até a potenciação de futuros conflitos. Uma vez mais, seria demasiado simplista esquecer os conflitos e interesses políticos e económicos que coexistem com a busca sincera de uma dimensão europeia no espaço de diálogo de culturas universais.

Por estes motivos, não posso deixar de apelar às nossas próprias responsabilidades na análise realista da educação no seio do actual espaço europeu e para a nossa própria intervenção na superação dos actuais desvios e obstáculos ao real diálogo cultural intra e extra-europeu. — *Rui Namorado Rosa*.

### 3.º JUÍZO CORRECCIONAL DA COMARCA DE LISBOA

**Anúncio.** — A Dr.ª Ana Paula dos Santos Sousa Dourdil, juíza de direito no 3.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, 1.ª Secção, faz saber que no processo comum n.º 341/91, da 1.ª Secção do 3.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, pendente nesta comarca contra a arguida Maria Luísa de Jesus Balão, filha de Pedro Augusto Balão e de Luísa Jesus Teodoro, natural de Almeirim, nascida a 10-9-66, solteira, doméstica, com última residência conhecida no Bairro de Bento Gonçalves, 6, Feijó, Cova da Piedade, que se encontrava pronunciada pela prática do crime previsto e punido pelos arts. 23.º e 24.º do Dec. 13 004, de 12-1-27 (emissão de cheque sem provisão), por despacho proferido nos autos de processo comum supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta, a partir daquela data, nos termos do art. 37.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por ter sido declarado extinto o procedimento criminal, por desistência de queixa.

14-12-92. — A Juíza de Direito, *Ana Paula dos Santos Sousa Dourdil*. — O Escrivão-Adjunto, (*Assinatura ilegível*).

**Anúncio.** — A Dr.ª Ana Paula dos Santos Sousa Dourdil, juíza de direito no 3.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, faz saber que no processo comum n.º 294/91, da 1.ª Secção do 3.º Juízo Correccional da Comarca de Lisboa, pendente nesta comarca contra o arguido Jorge Manuel Francisco Romão, filho de António Romão e de Maria Fernanda da Luz Francisco Romão, natural do Sócorro, Lisboa, nascido a 12-6-59, solteiro, ajudante de despachante, portador do bilhete de identidade n.º 5162149, de 1-7-91, de Lisboa, com última residência conhecida na Rua de São Gens, 23, Vila Maria, 5, 1.º, direito, 1100 Lisboa, actualmente em parte incerta, por se encontrar acusado na prática do crime previsto e punido pelos arts. 23.º e 24.º do Dec. 13 004, de 12-1-27 (emissão de cheque sem provisão), foi o mesmo declarado contumaz, nos termos do arts. 335.º e 336.º do Código de Processo Penal.

A declaração de contumácia, que caducará logo que o arguido se apresente em juízo (art. 336.º, n.º 3, do Código de Processo Penal), tem os seguintes efeitos: suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação do arguido, sem prejuízo de realização de actos urgentes, nos termos do art. 320.º do Código de Processo Penal (n.º 1 do art. 336.º do mesmo Código); anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração (art. 337.º, n.º 1, do Código de Processo Penal), e proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas (n.º 3 do mesmo art. 337.º).

17-12-92. — A Juíza de Direito, *Ana Paula dos Santos Sousa Dourdil*. — O Escrivão-Adjunto, *Henrique Manuel Bernardo*.